



O PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO: MAPEANDO PRÁTICAS ESCOLARES E SEUS EFEITOS.

Michely Aguiar Rodrigues
Mônica Pereira dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro- contato@fe.ufrj.br

Introdução

O autismo é definido atualmente pelo DSM-V(2014)- American Psychiatric Association. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-*, como um transtorno do neurodesenvolvimento e classificado como Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este documento sinaliza que tal transtorno é dividido em três níveis de gravidade, cada qual com seus respectivos déficits de comunicação social e variedades de comportamentos restritos e repetitivos.

O processo de inclusão da criança com autismo tem gerado desafios para a escola regular de hoje (2015), desta forma, o trabalho pedagógico realizado em prol de uma educação inclusiva muitas vezes é esvaziado devido a fatores de diversas naturezas. Quanto a alguns destes entraves, Nascimento (2009) nos diz que “A implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educacionais especiais, além da precariedade da infraestrutura e de condições materiais”. (p.4-5)

O presente resumo vem expor alguns dos resultados preliminares de um estudo de caso em andamento realizado por meio da pesquisa de dissertação, a ser defendida em dezembro de 2015, dando jus ao título de mestre em educação pela Faculdade de Educação da UFRJ. Além disso, temos por objetivo demonstrar alguns dos obstáculos com que se deparam, tanto o aluno em processo de inclusão quanto a própria escola, para que a educação inclusiva em escola pública regular possa se tornar presente neste ambiente cultural, política e praticamente.

O estudo de caso em questão tem como campo de pesquisa uma escola da rede municipal de Arraial do Cabo, cidade localizada na Região dos Lagos- Rio de Janeiro, devido a fatores como, por exemplo, tratar-se de um município cuja rede pública de ensino, nunca foi local de estudo para quaisquer pesquisas de pós-graduação stricto sensu desta natureza conforme pesquisa realizada no



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

banco de teses da CAPES. Desta forma, o estudo se mostra relevante por tratar-se de uma análise a respeito de uma realidade educacional ainda não explorada para fins de pesquisa na área da educação inclusiva, fato que contribui com futuros estudos e ainda reflexões para a atual literatura sobre o tema.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro Autista em uma escola regular do município de Arraial do Cabo. E ainda, como objetivos específicos: a) Expor um panorama do Transtorno do Espectro Autista e analisar algumas das políticas de inclusão, consideradas pertinentes, empregadas nacionalmente; b) Verificar como se dá o atendimento a este aluno com autismo na escola regular pesquisada, identificando alguns dos possíveis desafios e obstáculos encontrados durante o processo de inclusão do mesmo na referida instituição de ensino; c) Analisar as culturas, políticas e práticas de inclusão implementadas na e pela escola com o intuito de promover a inclusão do aluno em foco, a partir do referencial analítico conhecido por perspectiva Omnilética (SANTOS, 2012, 2013).

Metodologia

O sujeito principal da pesquisa é um aluno com autismo, de oito anos de idade. Os sujeitos secundários foram as professoras, regente e de apoio, da turma, além da diretora, orientadora educacional, supervisora educacional, dirigente de turno, supervisora itinerante, professora da sala de recursos (estes citados participaram de entrevista semiestruturada), entre outros sujeitos que fazem parte do ambiente escolar e interagem indiretamente com o aluno foco da pesquisa.

A sala de aula possui 20 alunos ao todo e trata-se de uma turma do primeiro ano do ensino fundamental.

O método de pesquisa foi a etnografia, pois segundo Angrosino (2009) este delineamento é “conduzido para revelar o retrato mais completo possível do grupo em estudo”.(p.31).

Com o objetivo de que a observação fosse realizada de forma mais profissional e com menor influência possível do pesquisador no cenário pesquisado foi elencada observação não participante como técnica já que, neste caso, [...] o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; [...] (MARCONI E LAKATOS, 2003, p.193).



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Apesar disso, reconhecemos que “A observação total, isenta, asséptica, “neutra”, nos moldes clássicos das ciências duras, simplesmente não é possível porque o pesquisador inevitavelmente influencia e é influenciado [...]”. (FERNANDES E MOREIRA, 2013, p.521).

O estudo de caso foi privilegiado por que segundo Yin (2001) “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (p.21).

A coleta de dados foi realizada por meio de observações, entrevista semiestruturada, com roteiros diferenciados para cada segmento a que pertencem os sujeitos secundário; fotografias de documentos e atividades pedagógicas; diário de campo para mais informações a respeito das peculiaridades do campo estudado e uma melhor elaboração analítica.

Estes procedimentos foram esclarecidos no projeto de pesquisa e autorizados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas- UFRJ, para ocorrer entre os meses de fevereiro e junho do ano de 2015, totalizando 35 dias de trabalho em campo.

Para a análise dos dados foi elencado o procedimento de análise de conteúdo baseado em Bardin (1977) que significa “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (p31). Utilizaremos como modalidade de investigação a análise categorial, que expõe os dados em forma de categorias.

A perspectiva Omnilética citada como referencial analítico para este trabalho representa uma “maneira totalizante de compreender as diferenças como partes de um quadro maior, caracterizado por suas dimensões culturais, políticas e práticas em uma relação ao mesmo tempo complexa e dialética”. (SANTOS, 2013, p.23).

Para esclarecer inicialmente a origem da visão omnilética partiremos do significado da formação da palavra que, conforme com sua criadora, Santos (2013), é constituída por três elementos morfológicos, **omni**-prefixo latino que significa tudo ou todo, **lektos** - um radical grego que significa variedade ou diferença e ainda o sufixo grego **ico**- quer dizer concernente a.

A tridimensionalidade, formada por culturas, políticas e práticas elencadas por Booth e Ainscow (2011), representa a base inicial do conceito de omnilética, que posteriormente agregou mais duas bases de categorias que formam a dialética, salientada no sentido materialista (KONDER, 1981) e a complexidade, demonstrada de acordo com as ideias de Morin (2006, 2007).

Resultados iniciais



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

É importante destacar que foi constatado, durante o primeiro contato com a mãe, que o laudo do aluno com autismo encontra-se incompleto devido à falta de exames conclusivos para que pudesse ser detectado o grau de autismo da criança. Por este motivo não temos tal informação.

Elencaremos algumas das falas coletadas nas entrevistas como categorias de análise, pois partindo delas poderemos refletir e evidenciar peculiaridades, assim como mostrar alguns dos desafios e obstáculos, tanto da escola quanto do aluno, durante o processo de inclusão.

Verificamos que a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008) exalta a importância da formação pedagógica especializada já que:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, [...] conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, [...] para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. (BRASIL, 2008, p.17- 18).

Apesar das considerações evidenciadas por esta política serem importantes para que os alunos público alvo da educação especial tenham acesso a um suporte adequado, podemos verificar que tal formação não ocorre em nível suficiente, pois quando perguntamos às cinco entrevistadas, até o presente momento da pesquisa: Quais mudanças você considera como ideais para que a escola regular de hoje se torne inclusiva.

A resposta comum a três dos respondentes relacionou-se à necessidade de preparo profissional:

“Acho que o fundamental, primeiramente as pessoas [...]. Pode fazer escolas com rampas lindas, mas o que adianta, se as pessoas não estão preparadas pra receber os alunos. [...] um curso [...] alguma coisa falando sobre como agir com esse aluno [...]” (fala da professora de apoio).

“Preparar realmente profissionais pra essa área, não assim botar um profissional, ah fez um cursinho, vai ali trabalha e pronto. [...] Preparar mesmo um ambiente pra que ele se sintam bem [...]” (fala da regente de turno).

“[...] precisa de cursos, [...] infelizmente muitos professores estão desestimulados, desmotivados [...] porque ele recebe mal, por que não é enviado recursos, [...] porque vem ano vai ano não tem um curso de capacitação.” (fala da supervisora itinerante).

Outra questão que também nos chama atenção nesta análise preliminar é o fato de a escola como um todo não estar engajada no processo de inclusão. Podemos verificar isso quando a pergunta foi: Em sua opinião o que é uma cultura inclusiva? Você já presenciou aqui na escola?

Fica claro nas respostas que o envolvimento com Inclusão é escasso, ou mesmo inexistente, e desarticulado. Vejamos as seguintes falas:



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

“O que eu entendo numa cultura inclusiva é que todos participam do ato de ensinar. Só que muitas vezes as pessoas não estão preparadas para receber esse... esse saber, né? [...] E eu acredito assim, que... A cultura inclusiva ela existe, mas não são todos que seguem.” (fala da professora de apoio).

“Sinceramente não, na escola não, nunca vi, [...] pode ser que tenha tido sim, mas eu nunca vi[...].” (fala da professora regente).

Percebe-se que a inclusão de fato ainda é pouco compartilhada por todos na escola regular, visto que ainda existe a concepção de que somente um ou outro funcionário, que trabalha neste intuito seja ele próprio o responsável pela adaptação do aluno à escola e não à escola como um todo responsável por adaptar-se ao aluno.

Conclusões

Diante de tais análises, ainda que preliminares, deste estudo de caso podemos perceber que ainda há muitos fatores a se evidenciar no intuito de trazer à tona a discussão a respeito do processo de inclusão de alunos com autismo na escola regular.

Muitos são os desafios e necessidades para que esta inclusão tão desejada se desencadeie e seja abarcada pela escola a ponto de ser reconhecida como uma cultura, uma política e uma prática. Diante de tais desafios a escola como equipe muitas vezes se exime da responsabilidade de tornar este ambiente inclusivo, já que o trabalho é constantemente ativo e não estático, é trabalhoso, mas também necessário.

Toda a pessoa que necessita de um atendimento educacional especializado, para ser incluída precisa, primeiramente, ser respeitada e reconhecida como um ser humano capaz e igualmente importante, pois caso contrário, a própria natureza social se encarrega de excluí-la, negando a ela oportunidades e direitos inerentes à sua própria existência.

A necessidade de preparo profissional, principalmente para o professor, fica evidente na análise ainda que superficial destas falas. Esta se torna uma necessidade primária em meio a tantas outras que percebemos nas escolas ditas inclusivas de hoje, pois por meio do estudo, entendimento e reflexão, o docente tem a oportunidade de repensar suas práticas, romper com suas culturas excludentes, e reformular suas políticas próprias, já que assim terá maior compreensão e preparo para o atendimento de todos os alunos. Assim sendo, o professor evidencia-se como o primeiro de muitos elos transformadores dentro da estrutura escolar excludente.



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Referências Bibliográficas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al.. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANGROSINO, M.. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

BOOTH, T. & AINSCOW, M. *Index for inclusion: developing learning and participation in schools*; 3ª edition, 2011. Tradução para português por SANTOS, Mônica Pereira dos. & ESTEVES, João Batista.(LaPEADE), 2011.

FERNANDES, F. M. B.; MOREIRA, M. R. *Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva*. In: Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 23 [2]. p.511-529, 2013.

KONDER, L. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução do francês, Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. *Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios* / Edgar Morin, 1921; Maria da Conceição de Almeida e Edgard de Assis Carvalho, (orgs)- 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, R. P. do; *Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais*. Programa de Desenvolvimento Educacional. Londrina, PR, 2009.

SANTOS, M. P. dos. *Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência: Uma análise omnilética*. Anais do XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP- Campinas, 2012.

_____. *Dialogando sobre inclusão e educação: contando casos e (descasos)*. Rio de Janeiro: CRV, 2013.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.